



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Avenida Roraima 1000, Prédio 22 - Bairro Camobi
Santa Maria-RS, CEP 97105-900
- <https://husm-ufsm.hubrasil.gov.br>

Edital - SEI

Processo nº 23541.000045/2026-18

Interessado: @interessados_virgula_espaco@

PREGÃO ELETRÔNICO 90098/2026

OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO ANALISADOR TOTALMENTE AUTOMATIZADO PARA A REALIZAÇÃO DOS EXAMES DE IMUNOHISTOQUÍMICA COM O FORNECIMENTO PARCELADO DE TODO O MATERIAL E INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA (HUSM-UFSM)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço

MODO DE DISPUTA: aberto

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/06/2026

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 09h (Horário de Brasília)

LOCAL: www.gov.br/compras

UASG: 155125

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEERH, sediada na Avenida Roraima, 1000 - Prédio 22 - Campus Universitário - Bairro Camobi - CEP 97105-900, em Santa Maria-RS, CNPJ 15.126.437/0019-72, na pessoa do Agente de Licitação/Comissão de Licitação designado pela Portaria constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução n.º 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0), da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (aplicada aos procedimentos para operação da sessão pública, a partir de sua abertura até a etapa de homologação).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO ANALISADOR TOTALMENTE AUTOMATIZADO PARA A REALIZAÇÃO DOS EXAMES DE IMUNOHISTOQUÍMICA COM O FORNECIMENTO PARCELADO DE TODO O MATERIAL E INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA (HUSM-UFSM)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 125 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 155125/26443

Fonte: 6153000300

Programa de Trabalho: 10302501885850043

Natureza de Despesa: 33 90 30 - Material de Consumo / 33 90 39 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

PI: n/i

3. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei n.º 11.488/2007 - quando permitida a sua participação -, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.5.1. O tratamento favorecido de que trata este item somente será aplicável ao item/grupo cujo valor estimado não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato (Acórdão 1193/2024-TCU-Plenário).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.3. empresa que se enquadre em alguma das vedações previstas no art. 69 do RLCE 2.0 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, quais sejam:

3.6.3.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;

3.6.3.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.6.3.3. impedida de licitar e de contratar com a União;

3.6.3.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.6.3.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.6.3.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.6.3.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.6.3.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

3.6.3.9. cujo administrador ou sócio seja empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

3.6.3.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário da Ebserh;

3.6.3.11. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

3.6.3.12. integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Ebserh, bem como integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;

3.6.3.13. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

3.6.3.14. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

3.6.3.15. licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.5. sociedades cooperativas.

3.7. As vedações previstas no item 4.6.3 serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. Será verificado o enquadramento dos licitantes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em www.gov.br/ebserh.

3.9. Ao participar do pregão, o licitante declara estar ciente de que deve observar o Código de Ética e Conduta da rede Ebserh, disponível em www.gov.br/ebserh.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este edital..

4.2. Caberá ao Agente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, sendo assegurado, na sequência, o prazo de 2 (dois) dias úteis para a apresentação das propostas pelos licitantes, se for o caso.

4.3. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail: pregoes.husm@ufsm.br, até às 23:59 da data limite, Telefone (55) 3213-1688, ou através do endereço: Unidade de Licitações HUSM-UFSM - Avenida Roraima, 1000 - Prédio 26-E
Edital - SEI 90098/2026 (61457648) SEI 23541.000045/2026-18 / pg. 2

4.4. Quando a impugnação ou esclarecimento for enviado ao Agente de Licitação da Ebserh, exclusivamente por escrito ou em formato digital não editável, ele também deverá ser enviado em mídia (CD, DVD, etc) nos formatos Word (.doc ou .docx) e PDF (.pdf), tendo em vista que o texto da impugnação deverá ser disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal.

4.5. Não serão conhecidas as impugnações ao Edital interpostas após o prazo previsto no item 4.1, bem como as que não forem apresentadas na forma estabelecida neste Edital.

4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Licitação, nos autos do processo de licitação.

4.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Ebserh.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.11 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.5. O licitante organizado em cooperativa - quando permitida a sua participação - deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os seguintes requisitos:

5.5.1. a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei n.º 5.764/1971](#), a [Lei n.º 12.690/2012](#), e a [Lei Complementar n.º 130/2009](#);

5.5.2. a cooperativa apresenta demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

5.5.3. qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado, vedado à Ebserh indicar nominalmente pessoas;

5.5.4. o objeto da licitação se refere, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei n.º 12.690/2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa - quando permitida a sua participação - deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar n.º 123/2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 a 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Ebserh, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Ebserh ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário/mensal do item/grupo;

6.1.2. Descrição do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência.

6.2. Na descrição complementar da proposta não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o Licitante ou em relação aos quais o sistema apresente campo próprio para preenchimento, tais como a marca ou o fabricante do produto.

6.3. **Quando dois ou mais itens compuserem um grupo, torna-se obrigatória a cotação para todos os itens que o compõem.**

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a proposta deverá considerar a média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.8. Se a execução do objeto envolver a aplicação de normas que impliquem desoneração tributária, a proposta deverá considerar a desoneração.

6.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.12.1. O descumprimento do item anterior pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição da República; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Licitação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/grupo.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1%.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Agente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Licitação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006](#), regulamentada pelo [Decreto n.º 8.538/2015](#).

7.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.5. O tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006](#) somente será aplicável ao item/grupo cujo valor estimado não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato (Acórdão 1193/2024-TCU-Plenário)

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei n.º 14.133/2021](#), nesta ordem:

7.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto executado por:

7.22.2.1. empresas brasileiras;

7.22.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei n.º 12.187/2009](#).

7.22.3. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

7.22.3.1. O sistema compras.gov.br irá realizar o sorteio de forma automática, verificando, primeiramente, se há proponentes em situação de empate real e realizando, entre eles, o sorteio automático.

7.23. O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima dos preços máximos por grupo e por item ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Licitação negociará com o primeiro colocado condições mais vantajosas.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima dos preços máximos por grupo e por item definidos pela Ebserh.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Agente de Licitação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Agente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

7.25. Se, depois de adotada a providência referida no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item ou a licitação.

7.26. Exitosa a negociação do preço, o Agente de Licitação iniciará a fase de julgamento.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. O Agente de Licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sicaf;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992](#).

8.3. Caso se constate a existência das vedações transcritas nos itens 3.6.3.4, 3.6.3.5, 3.6.3.6, 3.6.3.7, 3.6.3.8 e 3.6.3.15, a inabilitação deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.4. Constatada a existência de vedação, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Licitação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 5.6 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da [Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Ebserh;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Ebserh.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Licitação, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. A Ebserh poderá realizar diligências para aferir a efetividade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, bem como para facultar a correção de vícios sanáveis, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

8.9.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.9.2. São considerados vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexequibilidade ou ao valor excessivo de preços unitários quando o julgamento não é realizado sob o regime de empreitada por preço unitário e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações preexistentes, desde que não alterem a substância da proposta.

8.10. O Agente de Licitação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. É facultado ao Agente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Licitação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Licitação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de

Referência.

8.16. Definido o resultado do julgamento, a Ebserh poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, observado o procedimento previsto no item 7.24.

8.17. Encerrada a negociação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos do 65 a 69 do RLCE 2.0.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Ebserh, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no RLCE 2.0.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.8. É de responsabilidade do licitante, sob pena de desclassificação, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.9. A verificação pelo Agente de Licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Licitação, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [art. 36, § 1º, e no art. 39, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022](#).

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 66 do RLCE 2.0 e art. 39, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022):

9.11.1. atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame;

9.11.2. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.3. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.10.

9.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 10.14.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015](#)).

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.17. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.19. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.19.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

9.19.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.20. **Habilitação jurídica:**

9.20.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.20.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.20.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.20.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.20.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.20.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

9.20.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.20.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

9.21. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.21.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.21.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.21.6. cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.22. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.22.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.22.2.1. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$\text{SG} = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$\text{LC} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

9.22.2.2. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.22.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

9.22.2.4. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.22.2.5. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

9.22.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência

Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente.

9.23. Qualificação Técnica:

9.23.1. A qualificação técnica consta no Termo de Referência.

9.24. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.25. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.26. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.26.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.27. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Ebserh, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.28. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.29. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.30. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.31. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

9.31.1. Não atendidas as exigências de habilitação pelo licitante, o Agente de Licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

9.32. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.33. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, será realizada consulta ao Cadin, sendo que a existência de registro constitui fator impeditivo para que o licitante seja declarado vencedor, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da Lei n.º 10.522/2002.

9.33.1. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei n.º 10.522/2002.

9.34. Inexistindo registro no Cadin ou comprovada a regularização da situação que deu causa ao registro, será o licitante declarado vencedor.

9.35. Para habilitação, a licitante também deverá observar as exigências contidas no Anexo I - Termo de Referência, sob pena de desclassificação do licitante.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5.1. Os prazos previstos neste item podem ser prorrogados, de forma excepcional, por decisão fundamentada da autoridade competente.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da

autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sul/husm-ufsm/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

11. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao Diretor de Administração e Infraestrutura, no caso da Administração Central, ou ao Gerente Administrativo, no caso das unidades hospitalares, que poderá:

- 11.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 11.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 11.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 11.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Ebserh poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

12.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Ebserh.

12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 12.3.1. referida Nota está substituindo o contrato;
- 12.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;
- 12.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 183 e 184 do RLCE 2.0.

12.4. Previamente à contratação, a Ebserh realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HUSM, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 03/2018 e, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

12.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

12.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

12.4.3. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da Lei n.º 10.522/2002.

12.4.4. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei n.º 10.522/2002.

12.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

12.6. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato ou, se for o caso, a ata de registro de preços, a Ebserh, poderá revogar a licitação ou convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com este instrumento convocatório.

12.6.1. Os licitantes convocados terão, em momento anterior à assinatura do contrato ou, se for o caso, da ata de registro de preços, as suas propostas e eventuais documentos complementares analisados, negociarão sua proposta com a Ebserh, bem como deverão comprovar os requisitos para habilitação.

12.6.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Ebserh caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida, em favor da Ebserh.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, sujeita à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o licitante que:

- 13.1.1. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 13.1.3. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- 13.1.5. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 13.1.6. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 13.1.7. não mantiver a proposta; e
- 13.1.8. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

13.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, no RLCE 2.0, na Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

13.3. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

13.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto nº 11.129/2022.

13.4.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.5. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

13.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Licitação.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Ebserh, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Ebserh não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil da localidade da unidade da Ebserh responsável pela contratação.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do termo de referência.

14.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sul/husm-ufsm/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Roraima, 1000 - Prédio 26-E - Serviço de Protocolo - Bairro Camobi - CEP 97105-900 - Santa Maria-RS, nos dias úteis, no horário das 08hs às 12hs e das 13hs às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. É competente o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Santa Maria para dirimir os litígios que decorrerem da realização desta licitação que não possam ser compostos pela conciliação.

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.12.1. Anexo I - Minuta de Contrato;
- 14.12.2. Anexo II - Formulário de informações da Licitante;
- 14.12.3. Anexo III - Termo de Referência;
- 14.12.4. Anexo IV - Declaração de inexistência de impedimentos.

(assinado eletronicamente)

JOSÉ CARLOS SEGALLA
Gerente Administrativo
HUSM-UFSM/EBSERH



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Segalla, Gerente**, em 01/06/2026, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **61457648** e o código CRC **4504DE13**.

Referência: Processo nº 23541.000045/2026-18

SEI nº 61457648

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Discriminação do objeto:

Item	Descrição/Especificação	CATSER	Unidade de medida	Quantidade	Prazo de garantia	Valor unitário	Valor total
1							
2							
...							

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo se compatibilizar com aquela prevista no Termo de Referência e anexos, bem como reproduzir o preço e as demais condições da proposta comercial.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. o Termo de Referência;
- 1.2.2. o instrumento convocatório;
- 1.2.3. a Ata de Registro de Preços;
- 1.2.4. a proposta da CONTRATADA;
- 1.2.5. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO

2.1. O regime de execução, as condições de entrega e de recebimento do objeto estão definidos no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

Ou

3.2. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

Nota explicativa: O cômputo do valor total do Termo de Contrato levará em conta o período inicial de vigência estabelecido.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

Nota explicativa: Caso se trate de contrato de valor estimativo, em que a própria demanda é variável, cabe inserir o subitem 3.4.

3.5. A forma, o prazo e demais condições para o pagamento à CONTRATADA estão definidos no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de, com início em e encerramento em, prorrogável por até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 150 do RLCE 2.0.

Nota explicativa: Em se tratando de contratação de natureza continuada com possibilidade de prorrogação de vigência, o trecho em vermelho itálico no item acima deve ser utilizado.

Nota explicativa: Em se tratando de dispensa emergencial, nos termos do art. 79, inciso XV, do RLCE 2.0, as parcelas de serviços devem ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado

da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

- 4.2. *A manutenção de preços e condições mais vantajosas para a Ebserh será formalmente avaliada a cada (.....) meses de execução contratual.*
- 4.3. *A não manutenção da vantajosidade da contratação para a Ebserh poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.*

Nota explicativa: Caso se decida por prazo de vigência inicial superior a 12 (doze) meses, deverão constar do contrato os itens 4.2 e 4.3, que contemplam a avaliação periódica da vantajosidade da manutenção da contratação e a possibilidade de rescisão unilateral.

- 4.4. *O cronograma de execução está definido no Termo de Referência.*

Nota explicativa: Caso tenha sido previsto cronograma de execução no Termo de Referência para uma ou mais parcelas do objeto contratual, cabe inserir o subitem 4.4.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:
Fonte de recursos:
Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
Plano Interno:
Nota de Empenho:

- 5.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Nota explicativa: O item em vermelho itálico acima deve ser utilizado nas contratações que ultrapassem o exercício financeiro vigente.

6. **CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 6.1. *Não haverá exigência de garantia de execução na presente contratação.*

Nota explicativa: O item em vermelho itálico acima deve ser utilizado se não houver previsão de prestação de garantia de execução no Termo de Referência. Se houver previsão de garantia de execução no Termo de Referência, deve ser utilizado o item em vermelho itálico abaixo. A garantia de execução não se confunde com a garantia do produto ou serviço eventualmente exigida.

Ou

- 6.2. *Será exigida a prestação de garantia de execução na presente contratação, conforme regras definidas no Termo de Referência.*

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**

- 7.1. *Será exigida a prestação de garantia do produto ou serviço na presente contratação, conforme regras definidas no Termo de Referência.*

Nota explicativa: A garantia do produto ou serviço é exigência complementar à garantia legal, podendo ser fixada a critério da Ebserh, mediante a devida fundamentação. Caso não seja exigida no Termo de Referência, a cláusula em vermelho itálico acima deve ser excluída.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas definidas no Termo de Referência, sendo

que constitui especificamente obrigação da CONTRATADA conhecer os princípios, valores éticos e normas estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta da Ebserh, assim como manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua contratação.

Nota explicativa: Para a observância do Acórdão nº 2.553/2022 - Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU), que orienta a inserção de cláusulas específicas nos contratos firmados entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, especialmente nos celebrados com agências de publicidade, visando identificar e combater a veiculação de campanhas publicitárias em mídias digitais associadas a fake news, a EPC deve prever, em contratações que envolvam campanhas publicitárias, as seguintes obrigações para a CONTRATADA:

xxxx Quando da programação de veículo de divulgação on-line, a CONTRATADA se obriga a providenciar Termo de Conduta, segundo o qual o veículo se responsabiliza pelos seus conteúdos ou de sites parceiros, declarando estar de acordo com os termos do Marco Civil da Internet, de forma a evitar ações publicitárias da CONTRATANTE em veículos de comunicação e divulgação que promovam conteúdos ou atividades ilegais.

xxxx Quando da programação de veículo de divulgação on-line, a CONTRATADA também cuidará para que não sejam incluídos, no planejamento de mídia, blogs, canais ou plataformas digitais, cujo programa ou conteúdo incite a violência, produza fake news, promova pornografia ou viole direitos fundamentais do cidadão.

9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções relacionadas à execução contratual estão definidas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O Termo de Contrato se extingue quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. A rescisão do Termo de Contrato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

10.2.1. de forma unilateral, assegurada, no regular processo administrativo, a prévia defesa com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis, por algum dos motivos previstos no art. 184 do RLCE 2.0;

10.2.1.1. A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

10.2.1.2. A critério da CONTRATANTE, caso exista risco ao regular funcionamento da unidade, o prazo referido no item anterior poderá ser reduzido ou ampliado.

10.2.2. por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE e para a CONTRATADA;

10.2.3. por determinação judicial.

10.3. O Termo de Contrato pode ser extinto no caso de se constatar a ocorrência de impedimento previsto no art. 69 do RLCE 2.0.

10.4. *As partes ajustam desde já que haverá a pronta extinção do Termo de Contrato, providenciada pela CONTRATANTE, a partir da conclusão do novo processo licitatório destinado à contratação dos serviços que constituem o seu objeto.*

Nota explicativa 1: De acordo com o que decidiu o Tribunal de Contas da União (Acórdão 3.474/2018 - Segunda Câmara), o contrato emergencial deve conter cláusula resolutiva que estabeleça a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação do correspondente objeto. Assim, em se tratando de contrato firmado em decorrência de dispensa emergencial (art. 79, inciso XV, do RLCE 2.0), deve ser utilizado o item em vermelho itálico acima.

Nota explicativa 2: Essa cláusula pode ser utilizada também em contratos decorrentes de dispensas realizadas com fundamento no art. 79, incisos III e IV, do RLCE 2.0, especificamente para os casos em que for contratado quantitativo reduzido, nos termos do § 3º do referido dispositivo.

10.5. *O Termo de Contrato pode ser extinto pela rescisão do Termo de Comodato.*

10.6. *A extinção do Termo de Contrato não acarreta automaticamente a extinção do Termo de Comodato, que tem prazo de vigência próprio.*

Nota explicativa: Em se tratando de contratação com disponibilização de bens em comodato, os itens em vermelho itálico acima devem ser utilizados.

10.7. A extinção do Termo de Contrato, formalizada por Termo de Encerramento ou Termo de Rescisão, será

precedida, sempre que possível, de:

- 10.7.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 10.7.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 10.7.3. indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MATRIZ DE RISCOS

11.1. *A Matriz de Riscos relacionada ao presente Termo de Contrato, que consta no Anexo do Termo de Referência, define os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.*

11.2. *Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de (.....) dias úteis, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, apresentando as seguintes informações mínimas:*

- 11.2.1. *o detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;*
- 11.2.2. *as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;*
- 11.2.3. *as medidas que estão sendo adotadas e as que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;*
- 11.2.4. *as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento;*
- 11.2.5. *outras informações relevantes.*

11.3. *Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão, a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.*

11.3.1. *A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções cabíveis.*

11.4. *O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à CONTRATADA, não dará ensejo à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.*

11.4.1. *Fica vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.*

11.5. *O Termo de Contrato poderá ser rescindido quando demonstrado que, a despeito de terem sido adotadas todas as medidas para sanar os efeitos do evento, a sua manutenção se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou for excessivamente onerosa.*

11.6. *A CONTRATADA declara:*

- 11.6.1. *Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato e;*
- 11.6.2. *Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.*

11.7. *Os fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na Matriz de Riscos, serão comunicados no prazo de (.....) dias úteis e decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.*

Nota explicativa: A Matriz de Riscos é cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as informações previstas no art. 42, inciso X, da Lei n.º 13.303/2016.

De acordo com o art. 9º, § 2º, do RLCE 2.0, a Matriz de Riscos pode ser estendida a outros regimes de execução que não os das contratações integradas e semi-integradas, quando abranger outros objetos além de obras e serviços de engenharia, quando compatível e no que couber.

Deve-se ter atenção para não confundir Matriz de Riscos, que é cláusula contratual que integra a equação econômico-financeira do contrato, com Mapa de Riscos, que é o documento no qual se materializa o gerenciamento de riscos.

Caso não seja definida no Termo de Referência, a cláusula em vermelho itálico acima deve ser excluída.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTE

12.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual estão definidas no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma definida no Termo de Referência.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

14.1. As regras a respeito da subcontratação do objeto são aquelas definidas no Termo de Referência.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pelo art. 171 e seguintes do RLCE 2.0, bem como pelas regras definidas no Termo de Referência.

15.2. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANTICORRUPÇÃO

16.1. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ANTINEPOTISMO

17.1. É vedada a utilização pela CONTRATADA, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto n.º 7.203/2010.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E OBRIGAÇÃO QUANTO A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

18.1. As previsões relacionadas à proteção de dados pessoais estão definidas no Termo de Referência.

Nota explicativa: Cláusula necessária para cumprimento da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

18.2. *Devem ser observadas, ainda, em relação à segurança da informação e privacidade, as regras definidas no Termo de Referência*

Nota explicativa: As regras relacionadas à segurança da informação e privacidade constam no item 7 do Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME n.º 94/2022 e devem ser definidas no Termo de Referência.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016, no Decreto n.º 8.945/2016, no RLCE 2.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - PUBLICAÇÃO

20.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial da União e no Portal da Ebserh, conforme o art. 155 do RLCE 2.0, assim como no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nota explicativa: Nos termos do Acórdão TCU 585/2023-Plenário, as empresas estatais "devem disponibilizar informações atualizadas referentes a seus contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de que trata a [Lei 14.133/2021](#) (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em cumprimento ao art. 17 da [Lei 14.436/2022](#) (LDO de 2023)".

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

21.1.1. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma

ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

21.1.2. poderá ser admitida a adoção de mecanismos de solução pacífica de conflito relativos a direitos patrimoniais disponíveis, observando-se as disposições da Lei n.º 9.307/1996;

21.1.3. o procedimento para parcelamento e compensação de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações seguirá, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022;

21.1.4. o procedimento para cessão de crédito observará as seguintes regras:

21.1.4.1. as cessões de crédito, de qualquer natureza, dependerão de prévia aprovação do contratante.

21.1.4.2. a eficácia da cessão de crédito em relação à Administração está condicionada à celebração de termo aditivo ao presente contrato.

21.1.4.3. sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à comprovação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar, nos termos do art. 69 do RLCE 2.0, que não está proibido de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429/1992, e que foi observada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh.

21.1.4.4. o crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas aplicáveis no regime jurídico incidente sobre o contrato, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

21.1.4.5. a cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FORO

22.1. É eleito o Foro da da Justiça Federal em, Seção ou Subseção Judiciária do para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Local e data

<div>CONTRATANTE</div> <div>Presidente / Superintendente</div> <div>CONTRATANTE</div> <div>Diretor / Gerente</div>	<div>CONTRATADA</div> <div>Cargo / Representante Legal</div>
--	--

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Nota explicativa: O Termo de Contrato assinado por duas testemunhas é considerado título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, inciso III, do Código de Processo Civil (CPC), sendo dispensada a assinatura de testemunhas quando utilizada qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei com integridade conferida por provedor de assinatura, conforme prevê o § 4º do mesmo dispositivo. Nesse sentido, somente é necessária a assinatura de duas testemunhas, para atender ao disposto no art. 784, inciso III, do CPC, quando o documento for assinado por qualquer das partes fora do SEI e sem utilização de assinatura eletrônica com integridade conferida por provedor de assinatura (Parecer - SEI 10 - 47407629).



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Moreira Palma, Superintendente**, em 02/06/2025, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Nogara Dotto, Gerente**, em 02/06/2025, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Berenice de Oliveira Cruz Rodrigues, Gerente, Substituto(a)**, em 02/06/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49711252** e o código CRC **58D5F86C**.

Referência: Processo nº 23541.024083/2025-77 SEI nº 49711252



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Avenida Roraima 1000, Prédio 22 - Bairro Camobi, Santa Maria/RS, CEP 97105-900
- <http://husm-ufsm.ebserh.gov.br>

DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23541.016014/2022-47

Interessado: Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM)

ANEXO II - FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DA LICITANTE

Prezado(a) Licitante.

Pedimos que preencha as informações solicitadas abaixo para facilitar o processo de elaboração de eventuais **Contratos Administrativos**, assim como para a construção e manutenção de uma base de dados cadastrais das empresas licitantes participantes dos Pregões do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (EBSEH-HUSM).

Anexar o formulário juntamente com a proposta comercial.

Nome da Empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço (completo e atualizado): _____

CEP: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Telefone (atualizado): () _____

E-mail p/ Licitações (atualizado): _____

Nome do Representante Legal* _____

CPF: _____

RG: _____

* Nome da pessoa responsável pela assinatura de eventuais Contratos.

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

No. Código do Banco: _____

Nome do Banco: _____

No. Agência Bancária: _____

Nome da Agência Bancária: _____

Cidade / UF da Agência Bancária: _____/_____

No. Conta Corrente: _____

IMPORTANTE: Tendo em vista que os processos desta instituição são eletrônicos, inclusive a assinatura de Atas/Contratos, e com o intuito de agilizar essa etapa do certame, solicitamos que acessem o link https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 para realizar o cadastro da empresa e do responsável legal para assinatura de Ata/Contrato deste certame, caso sua empresa seja declarada vencedora.

Após a realização do cadastro (ou se a empresa e o representante legal já forem cadastrados) é imprescindível comunicar esta instituição através do e-mail uclhc.hu-ufsm@ebserh.gov.br, enviando o nº do Pregão a que se refere, cópia de documento de identificação e contrato social/publicação.



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Avenida Roraima 1000, Prédio 22 - Bairro Camobi
Santa Maria-RS, CEP 97105-900
- <http://husm-ufsm.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23541.000045/2026-18

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Esta licitação tem por objeto a **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO ANALISADOR TOTALMENTE AUTOMATIZADO PARA A REALIZAÇÃO DOS EXAMES DE IMUNOHISTOQUÍMICA COM O FORNECIMENTO PARCELADO DE TODO O MATERIAL E INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA (HUSM-UFSM)**, com detalhamento constante neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O exame de imuno-histoquímica é largamente utilizado no diagnóstico e prognóstico do câncer, auxiliando na escolha do melhor tratamento. As reações imuno-histoquímicas podem ser utilizadas nas mais diferentes situações, destacando-se:

- 1) elucidação do tecido de origem de uma neoplasia indiferenciada;
- 2) determinação do órgão de origem de uma neoplasia diferenciada;
- 3) subclassificação de linfomas;
- 4) pesquisa de fatores prognósticos, terapêuticos e índices proliferativos de algumas neoplasias;
- 5) identificação de estruturas, organismos e materiais secretados pelas células;
- 6) detecção de células neoplásicas metastáticas.

2.2. O aparelho analisador totalmente automatizado será utilizado para a realização dos exames de imunohistoquímica a serem realizados no Laboratório de Patologia do HUSM, dos pacientes atendidos pelo Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), visando rapidez e precisão no diagnóstico, minimizando o tempo gasto na realização e liberação dos resultados, bem como permitindo a racionalização de gastos pela escolha dos adequados protocolos de tratamento, evitando assim, morbidade desnecessária aos pacientes advindos de regimes de radio e quimioterápicos inapropriados. A locação se apresenta como a forma de contratação mais vantajosa, devido ao alto custo dos equipamentos e por permitir, além da manutenção e treinamentos incluídos, uma permanente atualização tecnológica da instituição.

2.3. Os sistemas automatizados para imuno-histoquímica possibilitam maior eficácia do controle de qualidade das reações na confecção das lâminas de imuno-histoquímica, com resultados mais precisos. Esse sistema possui diversas vantagens, destacando-se a maior agilidade na realização das reações com diagnósticos emitidos em menor tempo propiciando rápida definição terapêutica aos oncologistas com grande vantagem aos pacientes, bem como maior segurança na realização dos procedimentos de imunohistoquímica por tratar-se de aparelho informatizado com código de barras e leituras ópticas de reagentes e lâminas, gerando maior segurança e precisão na dispensação dos reagentes.

2.4. Considerando a Imuno-histoquímica como técnica imprescindível para diagnóstico e prognóstico do câncer, auxiliando na escolha do melhor tratamento; e por ser o Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), uma Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) com Serviços de Radioterapia, de Hematologia e de Oncologia Pediátrica, conforme com a Portaria nº 458, de 24 de fevereiro de 2017, torna-se imprescindível a locação de equipamento especializado e qualificado para a realização dos exames imuno-histoquímicos oferecidos pelo Laboratório de Patologia do HUSM. Segundo a Portaria nº 741, de 19 de dezembro de 2005, entende-se por UNACON o hospital que possua condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação de assistência especializada de alta complexidade para o diagnóstico definitivo e tratamento dos cânceres mais prevalentes no Brasil, esses critérios são reforçados pela portaria nº 140, de 27 de fevereiro de 2014 a qual define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos das UNACON e no artigo 15 salienta que o Laboratório de Anatomia Patológica deve realizar no mínimo os exames de imunohistoquímica de neoplasias malignas (tais como para classificação de linfomas não Hodgkin, determinação de receptores tumorais mamários para estrogênios e progesterona e HER2).

2.5. Diante do exposto e baseado na legislação vigente, torna-se necessário à locação de equipamento analisador totalmente automatizado para a realização dos exames de imunohistoquímica com o fornecimento parcelado de todo o material e insumos necessários para o Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM).

2.8. A contratação, objeto deste Termo de Referência, dar-se-á por meio de seleção de proposta, na modalidade Pregão na forma eletrônica, regida pela Lei 14.133/2021 e o Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

2.9. Tendo em vista que o serviço a ser contratado é de natureza indivisível, uma vez que os anticorpos devem ser da mesma empresa do equipamento devido a incompatibilidade dos frascos dos anticorpos entre os diferentes equipamentos, o parecer será pelo menor preço global.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

3.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, por

possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. A justificativa para o enquadramento do serviço a ser contratado como continuado é a sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que a sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

3.3. A execução do objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	2087-7	<p>Locação de 01 (um) Equipamento Analisador totalmente automatizado com capacidade mínima para 30 lâminas para realização de exames de imuno-histoquímica com as seguintes características:</p> <p>1) A automação do processamento de lâminas deverá ocorrer de forma integral em um mesmo equipamento e atender a:</p> <p>a) Desparafinização (livre de xileno);</p> <p>b) Condicionamento celular (recuperação antigênica);</p> <p>c) Processamento de coloração;</p> <p>d) Possibilidade de processamento de amostras rápido e overnight, sem a necessidade de acompanhamento técnico;</p> <p>e) Contra-coloração</p> <p>e) Monitoramento, com alarme de:</p> <p>1) Marcadores controle de nível mínimo;</p> <p>2) Reagentes controle nível mínimo;</p> <p>3) Solução(ões) de lavagem;</p> <p>2) Opção de "sistema aberto" em relação à utilização de anticorpos primários, permitindo a utilização de anticorpos primários de outros fabricantes;</p> <p>3) Sistema de processamento de lâminas e protocolos independentes para cada posição de trabalho, sendo o mesmo capaz de realizar rotinas independentes e paralelas de Imuno-histoquímica. Entende-se por "sistema de processamento" a plataforma de coloração. Entende-se por "posição de trabalho" cada bandeja ("rack" ou suporte para lâminas) para carrear lâminas durante o processamento;</p> <p>4) Identificação das lâminas:</p> <p>a) Automática, através de etiquetas impressas com código de barras;</p> <p>b) Etiquetas resistentes aos solventes, utilizados no processo;</p> <p>c) Por leitor de código de barras;</p> <p>5) Deverão acompanhar no mínimo os seguintes acessórios:</p> <p>a) Galões para o armazenamento de água e tampões;</p> <p>b) Galões de descarte;</p> <p>c) Impressora específica para etiquetas de código de barras para a identificação das lâminas;</p> <p>d) Suporte de reagentes;</p> <p>6) Características gerais:</p> <p>a) Por fornecimento de insumos entende-se todos os reagentes necessários para a operação do equipamento na geração de um teste imuno-histoquímico;</p>	MÊS	12

	<p>b) Todos os consumíveis (lâminas para imuno-histoquímica, reagentes, soluções de limpeza, controles, calibradores, papéis, etiquetas, toner, etc.) e acessórios (mangueiras, galões, etc.) necessários para a realização dos exames e calibração do equipamento.</p> <p>c) Os reagentes deverão ter um prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses.</p> <p>d) Equipamento completo formado pela unidade de processamento e sistema computacional completo (teclado, monitor, mouse, CPU e sistema de nobreak), impressora de relatório, impressora específica para etiquetas (etiqueta autocolante, resistente a solventes) utilizada para identificação das lâminas e reagentes. O equipamento deve vir acompanhado de estabilizador e nobreak e leitor de código de barras manual. Todos os componentes são comandados através de software incluso no sistema. Todo o processo é controlado a partir de informações dispostas em códigos de barras, incluindo o controle de lote e prazo de validade dos reagentes;</p> <p>e) Módulo de segurança através de senhas (permite a existência de usuários com diferentes níveis para acesso);</p> <p>d) Módulo de processamento e acessórios estruturados para garantir a coloração completa e uniforme por toda a extensão utilizada da lâmina, contendo tecido teste e tecido controle, poupando reagentes e preservando as características naturais do tecido;</p> <p>e) Sistema preparado a exibir relatório de cada caso indicando: a identificação da lâmina, posição de trabalho, o volume dispensado e os protocolos utilizados para cada lâmina do caso.</p>		
--	--	--	--

ITEM	CATMAT	COD. EBSERH	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO		QTDE	UNID
			ANTICORPO PRIMÁRIO	CLONE		
2	381436	PROVPPS023605	ACTIN MUSCLE SPECIFIC (HHF-35)	HHF35	50	Teste
3	347286	PROVPPS023606	ACTINA DE MUSCULO LISO (aSMA)	1A4	100	Teste
4	385941	PROVPPS023607	ALK1	ALK01	100	Teste
5	385941	PROVPPS012540	ALK	D5F3	100	Teste
6	351549	PROVPPS023608	ALFA FETOPROTEINA (AFP)	POLICOLONAL	50	Teste
7	404975	PROVPPS012541	ANDROGEN RECEPTOR	SP107	50	Teste
8	470914	PROVPPS012542	BASAL CELL COCKTAIL	34βE12 + 4A4	50	Teste
9	367868	PROVPPS012543	BCL2	SP66	150	Teste
10	371525	PROVPPS012544	BCL6	GI191E/A8	150	Teste
11	377839	PROVPPS023610	BETA-CATENIN (14)	14	50	Teste
12	437405	PROVPPS012545	BRAF V600E	VE1	50	Teste
13	415960	PROVPPS023611	c-KIT CD117	EP10	150	Teste
14	404389	PROVPPS023612	c-MYC	Y69	100	Teste
15	387872	PROVPPS012546	C4D	SP91	50	Teste
16	347240	PROVPPS012547	CA19.9	121SLE	50	Teste
17	415958	PROVPPS012548	CALDESMON	E89	50	Teste
18	371527	PROVPPS023613	CALRETININ	SP65	50	Teste
19	387591	PROVPPS012549	CARCINOEMBRYONIC ANTIGEN (CEA)	CEA31	50	Teste
20	336062	PROVPPS012550	CD10	SP67	200	Teste
21	336094	PROVPPS012551	CD138	B-A38	150	Teste
22	387582	PROVPPS012552	CD15	MMA	100	Teste
23	404387	PROVPPS012553	CD163	MRQ-26	100	Teste
24	336051	PROVPPS012554	CD20	L26	250	Teste
25	336541	PROVPPS012555	CD23	SP23	150	Teste
26	336067	PROVPPS012556	CD25	4C9	50	Teste
27	336064	PROVPPS012557	CD3	2GV6	250	Teste
28	336057	PROVPPS012558	CD30	Ber-H2	150	Teste
29	336049	PROVPPS012559	CD34	QBEnd/10	150	Teste
30	336065	PROVPPS012560	CD4	SP35	50	Teste
31	367869	PROVPPS012561	CD43	L60	100	Teste
32	336097	PROVPPS012562	CD45 (LCA)	2B11 & PD7/26	150	Teste
33	361888	PROVPPS012563	CD5	SP19	150	Teste

34	336103	PROVPPS012564	CD56	MRQ-42	200	Teste
35	336093	PROVPPS012565	CD61	2F2	100	Teste
36	371529	PROVPPS012567	CD68	KP-1	100	Teste
37	445707	PROVPPS012568	CD79a	SP18	150	Teste
38	336053	PROVPPS012569	CD8	SP57	50	Teste
39	371536	PROVPPS023614	CD99	O13	50	Teste
40	377832	PROVPPS012570	CDX2	EPR2764Y	100	Teste
41	381367	PROVPPS012573	CROMOGRANINA	LK2H10	150	Teste
42	629022	PROVPPS023616	CLDN18	43-14A	100	Teste
43	351826	PROVPPS012574	CYCLIN D1	SP4-R	100	Teste
44	351827	PROVPPS012575	CYTOKERATIN (CAM5.2)	CAM 5.2	50	Teste
45	355395	PROVPPS023621	CYTOKERATIN 19	A53-B/A2.26	50	Teste
46	351827	PROVPPS012577	CYTOKERATIN 20	SP33	250	Teste
47	365462	PROVPPS012578	CYTOKERATIN 5/6	D5/16B4	250	Teste
48	351827	PROVPPS012579	CYTOKERATIN 7	SP52	400	Teste
49	351827	PROVPPS012580	CYTOKERATIN 8 & 18	B22.1 & B23.1	50	Teste
50	377830	PROVPPS012581	DESMINA	DE-R-11	100	Teste
51	416490	PROVPPS023618	DOG1	SP31	50	Teste
52	377849	PROVPPS012582	E-CADHERIN	36	100	Teste
53	371537	PROVPPS012584	EPITHELIAL MEMBRANE ANTIGEN (EMA)	E29	200	Teste
54	416494	PROVPPS012614	ENOLASE NSE	MRQ-55	50	Teste
55	381366	PROVPPS012583	Ep-CAM	Ber-EP4	50	Teste
56	351553	PROVPPS023619	EPSTEIN-BARR VIRUS	CS1-4	100	Teste
57	437404	PROVPPS012585	ERG	EPR3864	100	Teste
58	368805	PROVPPS012586	ESTROGEN RECEPTOR (ER)	SP1	400	Teste
59	377833	PROVPPS012587	FATOR XIIIa	AC-1A1	100	Teste
60	432768	PROVPPS012589	GATA3	L50-823	200	Teste
61	384441	PROVPPS023620	GCDFP-15	EP1582Y	100	Teste
62	381368	PROVPPS023622	GLIAL FIBRILLARY ACIDIC PROTEIN	EP672Y	50	Teste
63	390000	PROVPPS023623	GLUT-1	POLICLONAL	100	Teste
64	367873	PROVPPS012590	GLYCOPHORIN A	GA-R2	100	Teste
65	404391	PROVPPS012591	GRANZYME B	POLICLONAL	50	Teste
66	352002	PROVPPS012593	HEPATOCYTE SPECIFIC ANTIGEN (HSA)	OCH1E5	50	Teste
67	432597	PROVPPS012594	HER-2/NEU	4B5	400	Teste
68	432772	PROVPPS023624	HERPES SIMPLEX VIRUS 1	10A3	50	Teste
69	387655	PROVPPS023625	HHV-8	13B10	50	Teste
70	421513	PROVPPS023627	IgG	POLICLONAL	50	Teste
71	452385	PROVPPS012596	IgG4	MRQ-44	50	Teste
72	386015	PROVPPS023628	INI-1	MRQ-27	100	Teste
73	367872	PROVPPS012598	KAPPA	POLICLONAL	150	Teste
74	394729	PROVPPS012572	KERATIN	34BE12	50	Teste
75	361890	PROVPPS012599	Ki67	30-9	500	Teste
76	347480	PROVPPS012600	LAMBDA	POLICLONAL	150	Teste
77	387996	PROVPPS012601	MAMMAGLOBIN	31A5	50	Teste
78	371555	PROVPPS012602	MART-1/MELAN A	A103	100	Teste
79	629021	PROVPPS023629	MELANOMA TRIPLE COCKTAIL	HMB45+A103+T311	50	Teste
80	371538	PROVPPS012603	MELANOSOME (HMB45)	HMB45	100	Teste
81	405309	PROVPPS012604	MESOTHELIAL CELL	HBME-1	50	Teste
82	378425	PROVPPS012605	MLH-1	M1	50	Teste
83	378426	PROVPPS012606	MSH2	G219-1129	50	Teste
84	405313	PROVPPS012607	MSH6	44	50	Teste
85	405314	PROVPPS023630	MUC5AC	POLICLONAL	50	Teste
86	378427	PROVPPS012608	MUM1	EP190	150	Teste
87	367866	PROVPPS012609	MYELOPEROXIDASE (MPO)	SP72	100	Teste
88	416492	PROVPPS012610	MYOD1 (EP212)	EP212	50	Teste
89	378771	PROVPPS012611	MYOGENIN	F5D	50	Teste
90	379146	PROVPPS012612	MYOSIN, SMOOTH MUSCLE (SMMS-1)	SMMS-1	50	Teste
91	416493	PROVPPS012613	NAPSIN A	MRQ-60	250	Teste
92	381369	PROVPPS023631	NEUROFILAMENT	2F11	50	Teste
93	602385	PROVPPS023632	NKX3.1	EP356	100	Teste
94	405203	PROVPPS012615	OCT2	MRQ-2	50	Teste
95	387598	PROVPPS012616	OCT4	MRQ-10	50	Teste
96	377839	PROVPPS012617	p120 Catenin	98	50	Teste
97	378920	PROVPPS012571	p16 CIntec Histology	E6H4	300	Teste
98	483568	PROVPPS023633	p40	BC28	300	Teste
99	416072	PROVPPS023634	P504s RACEMASE	SP116	100	Teste
100	378459	PROVPPS012618	p53	DO-7	100	Teste
101	405300	PROVPPS012619	p57kip2	Kp10	50	Teste
102	355389	PROVPPS012620	p63	4A4	300	Teste

103	379014	PROVPPS012576	CYTOKERATIN (PAN AE1/AE3)	AE1/AE3 & PCK26	400	Teste
104	405339	PROVPPS012621	PAX5	SP34	150	Teste
105	452781	PROVPPS012622	PAX8	MRQ-50	150	Teste
106	404390	PROVPPS012623	PD-1	NAT-105	50	Teste
107	455433	PROVPPS023635	VENTANA PD-L1 ASSAY IVD W	SP263	100	Teste
108	381401	PROVPPS012625	PLAP (Placental Alkaline Phosphatase)	NB10	50	Teste
109	405316	PROVPPS012626	PMS2	EPR3947	50	Teste
110	416495	PROVPPS023636	PODOPLANINA	D2-40	100	Teste
111	619658	PROVPPS023637	PRAME	EPR20330	50	Teste
112	410806	PROVPPS012627	PROGESTERONE RECEPTOR (PR)	1E2	400	Teste
113	378785	PROVPPS012628	PROSTATE SPECIFIC ANTIGEN (PSA)	POLICLONAL	50	Teste
114	381559	PROVPPS012629	PSAP (PROSTATIC ACID PHOSPHATASE)	PASE/4LJ	50	Teste
115	378412	PROVPPS012630	RENAL CELL CARCINOMA (RCC)	PN-15	50	Teste
116	416069	PROVPPS012632	S100	4C4.9	150	Teste
117	470915	PROVPPS012632	SALL4	6000	50	Teste
118	470920	PROVPPS012634	SOX-2	SP76	50	Teste
119	365285	PROVPPS012635	SYNAPTOPHYSIN	MRQ-40	150	Teste
120	405174	PROVPPS012641	TdT (Terminal Deoxynucleotidyl Transferase)	POLICLONAL	100	Teste
121	432773	PROVPPS023638	TFE3	MRO-37	100	Teste
122	404386	PROVPPS012637	THYROID TRANSCRIPTION FACTOR-1 (TTF-1)	8G7G3/1	300	Teste
123	470918	PROVPPS012638	UROPLAKIN III	SP73	50	Teste
124	392000	PROVPPS012639	VIM	V9	100	Teste
125	387595	PROVPPS023639	WT1	6F-H2	100	Teste

4.2. O equipamento analisador deve ser totalmente automatizado, para realização dos exames de Imunohistoquímica na forma de locação. Deverão ser fornecidos juntamente com o equipamento: lâminas, reagentes, sistema de detecção e corantes, bem como todos os reagentes necessários para manutenção e funcionamento do equipamento. Além de todos os insumos para os equipamentos auxiliares que compõem o sistema, como: tonner/cartucho para as impressoras e etiquetas resistentes a solventes. A reposição dos insumos deverá ser entregue em até 7 (sete) dias úteis após a solicitação. O equipamento ofertado deverá ser novo e deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento.

4.3. Os anticorpos deverão ser fornecidos pré-diluídos prontos para uso e em frascos compatíveis com o equipamento com prazo de validade mínima de 1 ano a partir da data da entrega. Os anticorpos deverão ser fornecidos conforme solicitação/demanda da unidade.

4.4. Juntamente com a instalação dos equipamentos deverão ser entregues os insumos necessários para o início da realização dos exames de imuno-histoquímica como: lâminas, sistema de detecção, corantes, reagentes necessários para o funcionamento do equipamento, tonner/cartucho para as impressoras e etiquetas resistentes a solventes. Os anticorpos primários relacionados serão solicitados conforme necessidade da unidade considerando-se o quantitativo contido no frasco ofertado pela empresa.

4.5. O equipamento de imuno-histoquímica deve possuir a opção "sistema aberto", possibilitando a inclusão de algum anticorpo fornecido por outro fabricante que não conste na relação de anticorpos acima citados e ofertados pela empresa CONTRATADA.

4.6. A instalação dos equipamentos deverá ser realizada pela CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento de operação do equipamento instalado para os usuários no Laboratório de Patologia do HUSM, sem ônus para o HUSM. O treinamento deverá abranger no mínimo, 02 (dois) turnos, visando atender às necessidades do Setor e abrangendo os usuários do turno da manhã e tarde, ficando por conta da CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais e insumos como reagentes e corantes para o referido treinamento.

4.8. Simultaneamente a instalação do equipamento e treinamento dos usuários deverá ser entregue o manual de operação original e atualizado, nas versões português e inglês.

4.9. A CONTRATADA deverá fornecer, no período de instalação dos equipamentos, orientações descritas detalhadamente sobre o tratamento, acondicionamento e descarte de produtos ou resíduos gerados na realização dos testes, estas orientações devem estar de acordo com a legislação sanitária local e com as normas vigentes da ANVISA (RDC 222, de 28/03/2018).

4.10. O equipamento deverá obrigatoriamente passar por manutenções preventivas a cada 12 (doze) meses e manutenções corretivas quando necessário com fornecimento de laudos e /ou ordem de serviço, com o intuito de evitar problemas nas realizações dos exames e interrupção dos serviços prestados pela CONTRATANTE. As manutenções preventivas deverão abranger além do equipamento, o nobreak, impressoras e todos os acessórios externos envolvidos no sistema. As manutenções preventivas deverão ser agendas com antecedência de 7 dias úteis junto ao setor de imunohistoquímica.

4.11. A CONTRATADA deverá atender às solicitações para a manutenção corretiva no prazo máximo de 24 horas a contar após o chamado da CONTRATANTE. Deverá ser disponibilizado contato (telefone, e-mail) do responsável técnico da empresa pelo equipamento, a fim de facilitar a comunicação entre a contratante e a contratada.

4.12. A reposição dos insumos deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a solicitação.

4.13. Após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá entrar em contato com a CONTRATANTE, para detalhar o processo de entrega e instalação do equipamento.

4.14. A entrega dos materiais deverá ser efetuada de acordo com o respectivo contrato, sempre acompanhada do respectivo documento fiscal.

- 4.15. A CONTRATADA, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, deverá MARCAR DATA E HORÁRIO PARA A ENTREGA DO EQUIPAMENTO por telefone, sem ônus adicional posterior ao processo de aquisição, mediante o acompanhamento do Setor de Engenharia Clínica do HUSM.
- 4.16. O equipamento deverá ser entregue no local abaixo indicado, com despesas de transporte, frete, dentre outras assumidas pela empresa vencedora:
Hospital Universitário de Santa Maria/EBSERH – Unidade de Patrimônio – Av. Roraima, nº1000, Prédio 22 – Bairro Camobi – Santa Maria – RS- (55) 3213-1686
- 4.17. Os insumos deverão ser entregues no local abaixo indicado, com despesas de transporte, frete, dentre outras, assumidas pela empresa vencedora:
Hospital Universitário de Santa Maria/EBSERH – Serviço de Recepção de Materiais – Av. Roraima, nº1000, Prédio 22 – Bairro Camobi – Santa Maria – RS- (55) 3213-1620
- 4.18. Os insumos devem ser transportados em veículos fechados, em embalagens apropriadas para cada tipo de material, em acordo com as características específicas de cada insumo, detalhadas em suas próprias embalagens, a fim de não modificarem as características físico-químicas dos produtos, podendo ocasionar ineficiência, sob pena de responsabilização criminal.
- 4.19. A entrega do equipamento e dos insumos deverão ser efetuados no HUSM, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, nos dias úteis, de acordo com a necessidade e mediante solicitação.
- 4.20. O processo de entrega e instalação do equipamento deverá observar os procedimentos e prazos definidos neste Termo de Referência, e compreender o repasse dos contatos (telefone/e-mail/endereço) pela CONTRATADA para o responsável da CONTRATANTE por realizar o recebimento e instalação.
- 4.21. No processo de entrega a instalação do equipamento, ratificando o que foi enviado na proposta, deverá constar o detalhamento técnico quanto às necessidades de pré-instalação do equipamento, instruindo quanto às instalações de rede elétrica, água e esgoto, aterramento, temperatura, dimensões do local, blindagens, umidade, poeira, partículas ou poluentes, proteção ambiental, riscos de acidentes e todas as demais condições físicas pertinentes à instalação e ao funcionamento do equipamento e proteção ao meio-ambiente.
- 4.22. Se necessário uso de água tipo especial para o equipamento, a CONTRATADA deverá ofertar (instalar), sistema de purificação de água junto com o equipamento.
- 4.23. A instalação do equipamento deverá ser feita pela licitante vencedora, com agendamento prévio entre as partes, e em local indicado pela CONTRATANTE, sem ônus adicional posterior ao processo de aquisição, mediante o acompanhamento do Setor de Engenharia Clínica do HUSM.
- 4.24. A CONTRATADA deverá encaminhar, quando da entrega do equipamento, os manuais de operação e serviço, em formato impresso e digital, devendo o manual de operação ser obrigatoriamente em português e o manual de serviço ser obrigatoriamente em português ou inglês. O número de vias do manual de operação em formato impresso deve corresponder à mesma quantidade adquirida de cada item, enquanto o número de vias do manual de operação em formato digital e do manual técnico em formato impresso e digital deve corresponder apenas à uma unidade por item adquirido.
- 4.25. Não será aceito equipamento com qualquer conexão, fios, jumpers ou outros elementos que indiquem erro ou imprecisão de projeto da parte do fabricante ou do montador/entregador.
- 4.26. Não serão pagos os materiais (equipamentos e insumos) entregues em locais diferentes do acima mencionado ou a pessoas não autorizadas.
- 4.27. A CONTRATADA deverá manter o equipamento locado no HUSM-UFSM, após o término de vigência do contrato, sem ônus adicional à CONTRATANTE até a completa utilização dos reagentes, caso ainda haja estoque.
- 4.28. Após o término do contrato, tendo sido autorizada formalmente a remoção do equipamento pelo Laboratório de Patologia do HUSM-UFSM, a CONTRATADA terá 15 (quinze) dias para providenciar essa retirada, sem ônus adicional a CONTRATANTE.
- 4.29. A CONTRATADA deverá instalar outro aparelho quando houver a necessidade de retirar o equipamento locado para conserto fora do local instalado, sendo que o transporte e a responsabilidade por dano ou perda ou roubo ocorrerão por conta da mesma.
- 4.30. No caso de defeitos frequentes não solucionados totalmente, fica a CONTRATADA obrigada a substituí-lo em definitivo, no prazo de 10 (dez) dias, após confirmação formal por parte do Laboratório de Patologia, das reincidências.

5. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Proposta para o consumo de aproximadamente:

Item	Descrição	Quantidade anual/lâminas
1	Lâminas imuno-histoquímica	10.000

Onde deverão ser fornecidos todos os materiais e insumos necessários para a realização dos exames de imuno-histoquímica como: lâminas, sistema de detecção, anticorpos primários, corantes, reagentes necessários para o funcionamento do equipamento, tonner/cartucho para as impressoras e etiquetas resistentes a solvente e demais acessórios e reagentes necessários para a realização dos exames e funcionamento do equipamento que serão solicitados pela contratante.

5.2. A relação de anticorpos e os quantitativos foram baseados na rotina do Laboratório de Patologia. Essa relação consta com anticorpos já padronizados na rotina e alguns anticorpos que serão anexados a rotina visando um diagnóstico mais preciso e/ou uma terapia mais adequada ao paciente.

5.3. A proposta deverá conter o valor do item para a cobertura dos custos da locação e de todos os insumos necessários e por lâmina para os anticorpos, conforme modelo da planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS MATERIAIS QUE COMPÕEM O PACOTE	UNIDADE	QDE	VALOR DE COTAÇÃO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1	Equipamento Analisador totalmente Automatizado para realização de exames de imuno-histoquímica incluindo todos os insumos necessários para o funcionamento do equipamento, incluindo: lâminas, reagentes, corantes, kits de detecção, soluções de limpeza, tonner/cartucho para as impressoras, etiquetas resistentes a solventes	UNIDADE	1		

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO		QTDE	UNID	VALOR DE COTAÇÃO	
	ANTICORPO PRIMÁRIO	CLONE			UNITÁRIO	GLOBAL
2	ACTIN MUSCLE SPECIFIC (HHF-35)	HHF35	50	Teste		
3	ACTINA DE MUSCULO LISO (aSMA)	1A4	100	Teste		
4	ALK	ALK01	100	Teste		
5	ALK	D5F3	100	Teste		
6	ALFA FETOPROTEINA (AFP)	POLICOLONAL	50	Teste		
7	ANDROGEN RECEPTOR	SP107	50	Teste		
8	BASAL CELL COCKTAIL	34βE12 + 4A4	50	Teste		
9	BCL2	SP66	150	Teste		
10	BCL6	GI191E/A8	150	Teste		
11	BETA-CATENIN (14)	14	50	Teste		
12	BRAF V600E	VE1	50	Teste		
13	c-KIT CD117	EP10	150	Teste		
14	c-MYC	Y69	100	Teste		
15	C4D	SP91	50	Teste		
16	CA19.9	121SLE	50	Teste		
17	CALDESMON	E89	50	Teste		
18	CALRETININ	SP65	50	Teste		
19	CARCINOEMBRYONIC ANTIGEN (CEA)	CEA31	50	Teste		
20	CD10	SP67	200	Teste		
21	CD138	B-A38	150	Teste		
22	CD15	MMA	100	Teste		
23	CD163	MRQ-26	100	Teste		
24	CD20	L26	250	Teste		
25	CD23	SP23	150	Teste		
26	CD25	4C9	50	Teste		
27	CD3	2GV6	250	Teste		
28	CD30	Ber-H2	150	Teste		
29	CD34	QBEnd/10	150	Teste		
30	CD4	SP35	50	Teste		
31	CD43	L60	100	Teste		
32	CD45 (LCA)	2B11 & PD7/26	150	Teste		
33	CD5	SP19	150	Teste		
34	CD56	MRQ-42	200	Teste		
35	CD61	2F2	100	Teste		
36	CD68	KP-1	100	Teste		
37	CD79a	SP18	150	Teste		
38	CD8	SP57	50	Teste		
39	CD99	O13	50	Teste		
40	CDX2	EPR2764Y	100	Teste		
41	CROMOGRANINA	LK2H10	150	Teste		
42	CLDN18	43-14A	100	Teste		
43	CYCLIN D1	SP4-R	100	Teste		
44	CYTOKERATIN (CAM5.2)	CAM 5.2	50	Teste		
45	CYTOKERATIN 19	A53-B/A2.26	50	Teste		
46	CYTOKERATIN 20	SP33	250	Teste		
47	CYTOKERATIN 5/6	D5/16B4	250	Teste		
48	CYTOKERATIN 7	SP52	400	Teste		
49	CYTOKERATIN 8 & 18	B22.1 & B23.1	50	Teste		
50	DESMINA	DE-R-11	100	Teste		
51	DOG1	SP31	50	Teste		
52	E-CADHERIN	36	100	Teste		
53	EPITHELIAL MEMBRANE ANTIGEN (EMA)	E29	200	Teste		

54	ENOLASE NSE	MRQ-55	50	Teste		
55	Ep-CAM	Ber-EP4	50	Teste		
56	EPSTEIN-BARR VIRUS	CS1-4	100	Teste		
57	ERG	EPR3864	100	Teste		
58	ESTROGEN RECEPTOR (ER)	SP1	400	Teste		
59	FATOR XIIIa	AC-1A1	100	Teste		
60	GATA3	L50-823	200	Teste		
61	GCDFP-15	EP1582Y	100	Teste		
62	GLIAL FIBRILLARY ACIDIC PROTEIN	EP672Y	50	Teste		
63	GLUT-1	POLICLONAL	100	Teste		
64	GLYCOPHORIN A	GA-R2	100	Teste		
65	GRANZYME B	POLICLONAL	50	Teste		
66	HEPATOCYTE SPECIFIC ANTIGEN (HSA)	OCH1E5	50	Teste		
67	HER-2/NEU	4B5	400	Teste		
68	HERPES SIMPLEX VIRUS 1	10A3	50	Teste		
69	HHV-8	13B10	50	Teste		
70	IgG	POLICLONAL	50	Teste		
71	IgG4	MRQ-44	50	Teste		
72	INI-1	MRQ-27	100	Teste		
73	KAPPA	POLICLONAL	150	Teste		
74	KERATIN	34BE12	50	Teste		
75	Ki67	30-9	500	Teste		
76	LAMBDA	POLICLONAL	150	Teste		
77	MAMMAGLOBIN	31A5	50	Teste		
78	MART-1/MELAN A	A103	100	Teste		
79	MELANOMA TRIPLE COCKTAIL	HMB45+A103+T311	50	Teste		
80	MELANOSOME (HMB45)	HMB45	100	Teste		
81	MESOTHELIAL CELL	HBME-1	50	Teste		
82	MLH-1	M1	50	Teste		
83	MSH2	G219-1129	50	Teste		
84	MSH6	44	50	Teste		
85	MUC5AC	POLICLONAL	50	Teste		
86	MUM1	EP190	150	Teste		
87	MYELOPEROXIDASE (MPO)	SP72	100	Teste		
88	MYOD1 (EP212)	EP212	50	Teste		
89	MYOGENIN	F5D	50	Teste		
90	MYOSIN, SMOOTH MUSCLE (SMMS-1)	SMMS-1	50	Teste		
91	NAPSIN A	MRQ-60	250	Teste		
92	NEUROFILAMENT	2F11	50	Teste		
93	NKX3.1	EP356	100	Teste		
94	OCT2	MRQ-2	50	Teste		
95	OCT4	MRQ-10	50	Teste		
96	p120 Catenin	98	50	Teste		
97	p16 CIntec Histology	E6H4	300	Teste		
98	p40	BC28	300	Teste		
99	P504s RACEMASE	SP116	100	Teste		
100	p53	DO-7	100	Teste		
101	p57kip2	Kp10	50	Teste		
102	p63	4A4	300	Teste		
103	CYTOKERATIN (PAN AE1/AE3)	AE1/AE3 & PCK26	400	Teste		
104	PAX5	SP34	150	Teste		
105	PAX8	MRQ-50	150	Teste		
106	PD-1	NAT-105	50	Teste		
107	VENTANA PD-L1 ASSAY IVD W	SP263	100	Teste		
108	PLAP (Placental Alkaline Phosphatase)	NB10	50	Teste		
109	PMS2	EPR3947	50	Teste		
110	PODOPLANINA	D2-40	100	Teste		
111	PRAME	EPR20330	50	Teste		
112	PROGESTERONE RECEPTOR (PR)	1E2	400	Teste		
113	PROSTATE SPECIFIC ANTIGEN (PSA)	POLICLONAL	50	Teste		
114	PSAP (PROSTATIC ACID PHOSPHATASE)	PASE/4LJ	50	Teste		
115	RENAL CELL CARCINOMA (RCC)	PN-15	50	Teste		
116	S100	4C4.9	150	Teste		
117	SALL4	6E3	50	Teste		
118	SOX-2	SP76	50	Teste		
119	SYNAPTOPHYSIN	MRQ-40	150	Teste		
120	TdT (Terminal Deoxynucleotidyl Transferase)	POLICLONAL	100	Teste		
121	TFE3	MRO-37	100	Teste		
122	THYROID TRANSCRIPTION FACTOR-1	8G7G3/1	300	Teste		

	(TTF-1)					
123	UROPLAKIN III	SP73	50	Teste		
124	VIM	V9	100	Teste		
125	WT1	6F-H2	100	Teste		

5.4. No valor da proposta deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.5. O equipamento deverá vir acompanhado das lâminas, sistema de detecção, corantes, tonner/cartucho para as impressoras e etiquetas resistentes a solvente e demais acessórios e reagentes necessários para a realização dos exames e funcionamento do equipamento. Os anticorpos deverão ser fornecidos pré-diluídos prontos para uso e em frascos compatíveis com o equipamento com prazo de validade mínima de 1 ano a partir da data da entrega. Os anticorpos serão solicitados conforme necessidade da unidade considerando-se o quantitativo contido no frasco ofertado pela empresa.

5.6. O equipamento deverá ser completo formado pela unidade de processamento, módulo de pré-tratamento que combina desparafinação, reidratação e recuperação, sistema computacional completo (teclado, monitor, mouse, CPU e sistema de nobreak), impressora de relatório, impressora para etiqueta própria para lâminas e reagentes (etiquetas resistentes a solventes). O equipamento deve vir acompanhado de estabilizador e nobreak e leitor de código de barras manual. Todos os componentes são comandados através de software incluso no sistema. Todo o processo é controlado a partir de informações dispostas em códigos de barras, incluindo o lote e prazo de validade dos reagentes.

5.7. As necessidades de infraestrutura elétrica, hidráulica, temperatura ambiente para o funcionamento dos equipamentos, dimensões, e todo e qualquer requisito técnico para a instalação dos equipamentos ofertados, deverão ser minuciosamente descritos por ocasião da apresentação da proposta, a fim de avaliar as possibilidades técnicas da instalação dos equipamentos ofertados, aspectos esses que serão considerados para fins de julgamento.

5.8. Fornecimento de todos os softwares, cabos, conexões, acessórios, etc., indispensáveis ao funcionamento do solicitado.

5.9. Durante a validade dos insumos, se for constatada qualquer alteração na sua qualidade ou composição, o licitante se compromete a trocá-lo sem ônus ao CONTRATANTE, devendo especificar as condições adequadas de armazenamento. A serem observadas pela Administração.

5.10. A empresa deverá entregar o equipamento provido de fonte de alimentação elétrica própria ("nobreak") que garanta seu funcionamento pelo período mínimo de 30 (trinta) minutos quando da falha no suprimento de energia elétrica do hospital e deve dispor de programa de manutenção preventiva própria oferecida pelo fornecedor.

5.11. A empresa se responsabilizará pelo aporte técnico e consultoria necessários para o funcionamento do equipamento, bem como pela montagem, instalação completa e pelo transporte do equipamento, sem qualquer tipo de ônus para o HUSM.

5.12. As manutenções preventivas e corretivas correm por conta do fornecedor e deve ser fornecida uma descrição sobre as rotinas de assistência técnica e previsão do tempo de atendimento após a solicitação.

5.13. A manutenção deverá incluir a reposição de todas as peças, manutenções corretivas, atualizações de software e preventivas recomendadas pelo fabricante para o perfeito funcionamento do equipamento.

5.14. A empresa deverá substituir imediatamente o equipamento em caso de pane no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da comunicação do problema.

5.15. A empresa, durante a vigência do Contrato de Locação, poderá providenciar a substituição dos equipamentos em comum acordo com a CONTRATANTE, sempre que estiver no mercado uma solução tecnicamente mais avançada para a realização dos procedimentos descritos neste edital.

5.16. No valor da proposta deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de contratação.

5.17. Não haverá necessidade de obra ou reforma no HUSM para a instalação do equipamento locado.

5.18. No caso de interessados no certame manifestarem intenção de realizar visita técnica deverão entrar em contato através do e-mail: engclinhusm@gmail.com ou pelos telefones (55) 3213-1675 ou 99218-8057 com o Setor de Engenharia Clínica.

6. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação decorrem do Estudo Técnico Preliminar e foram consolidados neste Termo de Referência, considerando o amadurecimento da solução adotada e a necessidade de assegurar a contratação de empresa tecnicamente apta, regularmente constituída e capaz de executar os serviços com qualidade, segurança assistencial e continuidade, sem impor exigências desnecessárias ou restritivas à ampla competição, nos termos do art. 35, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

6.2 Requisitos gerais para a execução do objeto:

6.2.1 A CONTRATADA deverá indicar seu Responsável Técnico da Equipe de Assistência Técnica e da Equipe de Assistência Científica para atendimento do equipamento com Engenheiro ou Técnico devidamente habilitado pelos órgãos responsáveis.

6.2.2 Após o encerramento do contrato, se ainda houver estoque de reagentes, a CONTRATADA deverá manter os equipamentos no HUSM-UFSM até a completa utilização dos mesmos, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.2.3 A CONTRATADA deverá prestar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos durante toda a vigência do contrato.

6.2.4 As manutenções corretivas deverão ser atendidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme solicitação, após abertura de chamado pela CONTRATANTE.

6.2.5 Nos casos em que a manutenção corretiva exija a troca de peças, o prazo para a solução do problema passa a ser de 7 dias, no máximo.

6.2.6 As manutenções preventivas deverão contemplar a reposição das peças de desgaste natural pelo uso.

6.2.7 A CONTRATADA deverá manter os equipamentos sempre atualizados.

6.2.8 Todos os custos de atendimento e das visitas dos Representantes Técnicos, incluindo ferramentas, despesas de viagem, hospedagem, alimentação, fretes, impostos, taxas e diárias, bem como as obrigações fiscais e trabalhistas relacionadas aos seus funcionários, são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.2.9 A CONTRATADA deverá oferecer assistência técnica contínua, com substituição de peças, quando necessário, sem custo adicional à CONTRATANTE. Os problemas técnicos das máquinas e dos reagentes, que porventura ocorrerem, devem ser solucionados em, no máximo, 48 horas após o comunicado da CONTRATANTE.

6.2.10 Os chamados técnicos para manutenções serão feitos por e-mail e/ ou contato telefônico, de segunda-feira à sexta-feira em horário comercial. A CONTRATADA deverá informar os dados para contato.

6.2.11 Caberá a CONTRATADA instalar, junto com os equipamentos locados, os nobreaks e estabilizadores necessários à utilização dos mesmos, sem ônus à CONTRATANTE.

6.2.12 No decorrer do contrato, novas capacitações poderão ser solicitadas, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, sem ônus ao HUSM-UFSM.

6.2.13 A CONTRATADA deverá fornecer os manuais de operação dos equipamentos, em português, e prospectos com a descrição dos equipamentos contendo informações técnicas para o HUSM-UFSM.

6.2.14 A CONTRATADA deverá fornecer os objetos contratados completos, incluindo o equipamento e deverá vir acompanhado das lâminas, sistema de detecção, corantes, tonner/cartucho para as impressoras e etiquetas resistentes a solvente e demais acessórios e reagentes necessários para a realização dos exames e funcionamento do equipamento. Os anticorpos deverão ser fornecidos pré-diluídos prontos para uso e em frascos compatíveis com o equipamento com prazo de validade mínima de 1 ano a partir da data da entrega. Os anticorpos serão solicitados conforme necessidade da unidade considerando-se o quantitativo contido no frasco ofertado pela empresa.

6.2.15 Fica obrigada a CONTRATADA, fornecer treinamento para todos os funcionários envolvidos na parte técnica do Laboratório de Patologia do HUSM-UFSM, o qual será agendada com o gestor do contrato, no prazo de 3 (três) dias, após a instalação dos equipamentos.

6.2.16 A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros o objeto licitado de que trata o presente contrato, sob pena de rescisão contratual.

6.2.17 A CONTRATADA deverá instalar os equipamentos e acessórios necessários no prazo máximo de 30 (noventa) dias após assinatura do contrato.

6.2.18 A CONTRATADA deverá informar, de acordo com o manual do fabricante, a periodicidade das manutenções preventivas, sendo que a primeira deverá ocorrer no prazo de 2 (dois) dias úteis após a instalação dos equipamentos.

6.2.19 Ao final de cada visita preventiva ou corretiva, o técnico da CONTRATADA deverá emitir atestado de calibração, quando necessário, aferição e relatório de ocorrência, das operações realizadas e pendências, caso existirem.

6.2.20 Caso seja necessária a remoção dos equipamentos por algum motivo ou término do contrato, a responsabilidade pelo recolhimento e devolução dos equipamentos será única e exclusiva da CONTRATADA, incluindo conferência, embalagem e transporte, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.2.21 Quando houver necessidade de retirar os equipamentos locados para conserto fora do local de instalação, a CONTRATADA deverá instalar outro aparelho, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.2.22 Os reagentes devem ser entregues, conforme solicitação do CONTRATANTE.

6.2.23 No caso de defeitos frequentes não solucionados totalmente, fica a contratada obrigada a substituí-lo em definitivo, no prazo máximo de 15 dias, após confirmação formal por parte do Laboratório de Patologia do HUSM, das reincidências.

6.2.24 O parecer será pelo **menor preço global**, incluindo equipamento, reagentes, acessórios e tudo que se fizer necessário. Tendo em vista que deve haver compatibilidade entre os reagentes/insumos e o equipamento ofertado. Além disso, para haver garantia das máquinas, reagentes e assistência técnica.

6.3 As obrigações tanto da CONTRATADA quanto da CONTRATANTE estão dispostas em tópicos específicos à seguir neste Termo de Referência.

6.4 Declaração de ciência das condições da contratação:

6.4.1 Como condição de habilitação, deverá ser exigida **declaração do licitante** de que:

- a) Tem **pleno conhecimento das condições, exigências técnicas, assistenciais e operacionais** necessárias à execução do objeto;
- b) Possui estrutura, recursos humanos e capacidade operacional suficientes para cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência;
- c) Compromete-se a executar os serviços em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e condições contratuais estabelecidas.

6.5 As exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista, capacidade econômico-financeira e qualificação técnico-profissional e/ou técnico-operacional estão previstas no Edital.

6.6 Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 50% do quantitativo total do objeto da contratação e experiência mínima de 3 anos de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto contratual correrão a conta dos recursos consignados à CONTRATANTE no Orçamento Geral da União e suplementações de créditos a este incorporadas.

7.2. O número da Nota de Empenho, bem como a indicação dos recursos para atender às despesas do contratuais, durante os exercícios subsequentes deverão ser objeto de apostilamento específico.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A equipe de fiscalização contratual e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de

comunicação, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida:

- a) Reuniões presenciais de trabalho;
- b) Telefonemas;
- c) Videoconferências; e
- d) Mensagens eletrônicas (e-mail ou comunicadores instantâneos) e/ou correspondências oficiais.

8.2. Os atestes serão realizados apenas para os serviços efetivamente prestados e em conformidade com o especificado neste Termo de Referência, devidamente comprovados através da emissão de relatório de serviços prestados.

8.3. A nota fiscal só poderá ser emitida após o ateste de conformidade com o contrato, ou seja, após a conferência do relatório. A nota fiscal deverá conter obrigatoriamente o número do contrato e a descrição dos serviços prestados.

8.4. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

8.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

8.6. A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura juntamente com os documentos inerentes à sua regularidade jurídica e fiscal, em especial com a Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, esta em substituição às duas últimas, do FGTS, do INSS e da Dívida Ativa da União.

8.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.8. O HUSM-UFMS poderá reter os valores a serem pagos à CONTRATADA, quando esta não cumprir todas as exigências pactuadas, os encargos fiscais e trabalhistas, bem como descontar do pagamento os valores relativos às multas aplicadas.

8.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Ebserh, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a variação do INPC/IBGE ocorrida no período.

8.10. Antes de cada pagamento à CONTRATADA será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

9. DO INÍCIO DA CONTRATAÇÃO

9.1. A execução dos serviços será iniciada até 10/05/2026.

10. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual.

10.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até o limite de 5 (cinco) anos, com base no art. 147 do RLCE 2.0.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Edital do Pregão** e seus anexos.

11.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos que os empregados da CONTRATADA, encarregados da execução do objeto deste contrato, venham solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos.

11.4. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, possibilitando-lhes executar os serviços e as verificações técnicas necessárias, desde que devidamente identificados.

11.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

11.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor/empregado especialmente designado.

11.7. Notificar previamente à CONTRATADA via e-mail e/ou documento oficial enviado via correios, quando da aplicação de penalidades.

11.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no **Edital do Pregão** e seus anexos.

11.9. Pagar à CONTRATADA, em caso comprovado de dolo ou culpa da CONTRATANTE, o montante correspondente ao conserto dos equipamentos, na hipótese de eventual dano causado aos mesmos.

11.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.11 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Cumprir todas as obrigações constantes no **Edital do Pregão**, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.2. Efetuar a execução do objeto conforme especificações constantes no **Edital do Pregão, Termo de Referência e Contrato**.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

12.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando for o caso;

12.9. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, com número de telefone, e-mail e endereço físico.

12.15. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.16. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.17. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.18. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;

12.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.22. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, pois busca-se garantir a padronização dos serviços e maior facilidade de fiscalização, objetivando a uniformidade de atendimento.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme disposto no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP 5/2017, e que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do órgão contratante.

15.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Artigo 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

15.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme o item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP 5/2017.

15.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

15.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

15.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

15.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.6. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.7. Será considerada extinta a garantia:

15.7.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.7.2. No prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP 5/2017.

15.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

15.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

15.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

15.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

15.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Art. 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no Artigo 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

16.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 115 e 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

16.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

16.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

16.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

16.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação.

17. DAS SANÇÕES

17.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

17.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.1.2. Multa de:

17.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

17.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.1.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

17.2. As sanções previstas nos subitens 17.1.1 e 17.1.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

17.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

17.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

17.4.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

17.4.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- 17.4.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 17.4.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 17.4.8. não mantiver a proposta;
- 17.4.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 17.4.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- 17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.
- 17.6.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 17.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.11. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

18. DO REAJUSTE

- 18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 18.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 18.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 18.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.
- 18.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DO PREÇO

- 19.1. O preço deverá prever todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto deste Termo de Referência.
- 19.2. CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato e sua proposta, acréscimos ou supressões nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor constante do contrato, a teor do que dispõe o art. 81, §1 da Lei 13.303/2016 e o art. 111 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH

20. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 20.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- 20.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados

- 20.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 20.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 20.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 20.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 20.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 20.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

20.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- 20.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 20.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 20.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 20.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

21. EMPRESAS EM CONSÓRCIOS

21.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do Contrato.

21. REGIME DE EXECUÇÃO

21.1 A presente contratação adotará como regime de execução a contratação por PREÇO UNITÁRIO.

22. MODO DE DISPUTA E INTERVALOS ENTRE LANCES

- 22.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto;
- 22.2 O intervalo entre os lances deverá ser de 1,0 %.

23. VALOR ESTIMADO

- 23.1. A estimativa do valor dos serviços e insumos especificados neste Termo de Referência será definida por meio de pesquisa de preços, realizada na forma prevista na Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Ebserh.
- 23.2 O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, nos termos do art. 7º do RLCE 2.0, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 37º, inciso II, do RLCE 2.0.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Brasil Pereira, Assistente Administrativo**, em 23/03/2026, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elehu Moura de Oliveira, Chefe de Setor**, em 23/03/2026, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia de Mello Bertoncheli dos Santos, Técnico(a) em Análises Clínicas**, em 23/03/2026, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **59137054** e o código CRC **9547BF7C**.

Referência: Processo nº 23541.000045/2026-18 SEI nº 59137054



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Avenida Roraima 1000, Prédio 22 - Bairro Camobi, Santa Maria/RS, CEP 97105-900
- <http://husm-ufsm.ebserh.gov.br>

DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23541.016014/2022-47

Interessado: Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

RAZÃO SOCIAL _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu(s) representante(s) legal(is) _____, portador de Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores no âmbito da EBSEH, conforme os termos do Art. 38 da Lei nº 13.303/2016, do Art. 69 do do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH (RLCE 2.0) e do Art. 18, XI, da Lei 15.080/2024.

_____ - __, __ de _____ de 20__.

Representante Legal

Observação: esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o CNPJ

Referência: Processo nº 23541.016014/2022-47

SEI nº 19866136